MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.

2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: a, b, c e d; 1 questão discursiva, com espaço para o rascunho na prova.

3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.

4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.

5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.

6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.

7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.

8. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e discursiva.

9. Por motivo de segurança, somente durante os 60 (sessenta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.

10. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.

11. A divulgação do gabarito e a abertura dos prazos para interposição de recursos serão realizados pelo site http://www.mpf.mp.br/rn/estagie-conosco/concursos-de-estagio/2017

BOA PROVA!

CPF	**INSTITUIÇÃO DE ENSINO**
NOME	

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Sobre a HISTÓRIA DAS CONSTITUIÇÕES, analise as assertivas abaixo:
I – A Constituição de 1891, tendo como inspiração a Constituição norte-americana, formulou um federalismo centrífugo, com uma maior distribuição de poder para os Estados-membros. O texto de 1934 foge desse parâmetro e implementa um federalismo centrípeto, com uma preponderância de poderes nas mãos da União.
II – A Constituição imperial de 1824 tinha 4 (quatro) poderes: Poder Legislativo, Poder Moderador, Poder Executivo e Poder Judiciário.
III - Com a Constituição de 1946, reproduziu-se a essência do modelo liberal anterior. Como inovação, o texto constitucional de 1946, pela primeira vez, cria a justiça eleitoral e possibilita o voto das mulheres.

Após a análise das assertivas, assinale a alternativa CORRETA:
a) está incorreta apenas a assertiva I.
b) está incorreta apenas a assertiva II.
c) está incorreta apenas a assertiva III.
d) não há assertiva incorreta.

2. Acerca das concepções sobre a Constituição:
a) a concepção sociológica, apresentada por Hans Kelsen, defende que a Constituição deriva de uma vontade política já existente;
b) na concepção política, a Constituição haure a sua origem na própria realidade social; é ela a soma dos fatores reais de poder.
c) Ferdinand Lassale, em sua obra A Essência da Constituição, ressalta o conceito jurídico de Constituição, dissociado de qualquer fundamento sociológico, político ou filosófico.
d) em uma concepção estritamente jurídica, a Constituição é concebida como uma norma jurídica fundamental de organização do Estado e de seus elementos essenciais.

3. O Poder Constituinte:
I – pode ser derivado ou originário, sendo que nos Estados da Federação, a despeito de ser originário, é denominado decorrente, pois decorre das Assembleias Constituintes estaduais, sem quaisquer limitações substanciais ou circunstanciais;
II – denomina-se derivado, no plano federal, quando exercido pelo Congresso Nacional, mediante proposta de emenda constitucional.
III – é originário quando funda uma nova ordem jurídico-constitucional, ou a partir do nada, no caso da elaboração da primeira constituição do Estado, ou mediante a substituição da ordem anterior, com a elaboração de uma nova Constituição.
IV – denominado derivado tem, nos termos da Constituição Federal, limitações circunstanciais e substanciais, não podendo ser emendada a Constituição na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, nem apresentada proposta de emenda constitucional tendente a abolir cláusulas pétreas.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar:
a) estão corretas os itens II,III e IV;
b) apenas os itens II e IV estão corretos;
c) estão corretos os itens I, II e IV;
d) somente o item II está correto;

4. Sobre os DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, o texto constitucional:
I – assegura que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
II – garante aos litigantes, em processo judicial, e aos acusados em geral, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e

os recursos a ela inerentes, não porém em processo administrativo, pois o acesso ao Judiciário é assegurado aos interessados.
III – assegura que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
IV – garante que são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, ressalvada, para permitir maior eficiência no combate à corrupção e à criminalidade, sua utilização irrestrita no processo criminal nas hipóteses de crimes de colarinho branco.

Agora, assinale a alternativa CORRETA:
a) todas os itens estão corretos.
b) estão corretos os itens I, II e III.
c) estão corretos os itens I e III.
d) está correto apenas o item III.

5. Sobre CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE, assinale a alternativa ERRADA:
a) No Brasil, o controle incidental de constitucionalidade dos atos e omissões do poder público pode operar-se no âmbito de qualquer demanda judicial, desde que exercido concretamente num processo inter partes, ao ensejo de uma controvérsia, na defesa de direitos subjetivos de partes interessadas, onde se deseja a solução de um conflito de interesses.
b) O controle concentrado-principal de constitucionalidade das leis e atos normativos distingue-se fundamentalmente do controle difuso-incidental porque só pode ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados, e não por qualquer outro órgão do poder judiciário.
c) Compete privativamente ao Superior Tribunal de Justiça suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;
d) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

6. Assinale a alternativa correta:
a) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado, independentemente de manifestação da Casa a que pertencer.
b) Segundo o STF, os substitutos eventuais do Presidente da República a que se refere o art. 80 da CF/88, caso ostentem a posição de réus criminais perante o STF , ficarão impossibilitados de exercer o ofício de Presidente da República. No entanto, mesmo sendo réus, podem continuar na chefia do Poder por eles titularizados.
c) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante os Tribunais de Justiça dos Estados que representam.
d) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga. Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

7. O Ministério Público, segundo a Constituição Federal:
I – tem como função institucional, dentre outras, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
II – é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do

regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tendo como princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional;
III – tem como funções institucionais, dentre outras, promover privativamente tanto a ação penal pública como a ação civil pública, defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas e exercer o controle externo da atividade policial;
IV – tem asseguradas aos seus membros as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, sendo-lhes impostas, dentre outras vedações, as de exercer a advocacia e a atividade político-partidária, ressalvada a opção pelo regime anterior, quanto às garantias e vedações, aos membros do Ministério Público admitidos antes da promulgação da Constituição.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:
a) somente as de números I, II e IV estão corretas;
b) estão corretas as de números II, III e IV;
c) apenas as de números I, II e III estão corretas;
d) todas estão corretas;

DIREITO PENAL

8. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:
i) contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro;

ii) contra a administração pública, por quem está a seu serviço, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro;

iii) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil, sendo o agente punido segundo a lei brasileira apenas se condenado no estrangeiro;

iv) praticados por brasileiro, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

a) somente I e II estão corretas.
b) somente I e IV estão corretas.
c) somente II e IV estão corretas.
d) somente II, III e IV estão corretas.

9. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:
a) no direito penal pátrio, a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo de crimes ambientais, e, segundo entendimento jurisprudencial mais atual do STF e do STJ, não é mais indispensável a aplicação da teoria da dupla imputação ou imputação simultânea, podendo subsistir a ação penal proposta contra a pessoa jurídica, mesmo se afastando a pessoa física do polo passivo da ação.
b) na Lei n.º 9.613/1998 (“lavagem” de capitais), não pode ser considerada infração penal antecedente as meras contravenções penais.
c) considera-se praticado o crime no momento do resultado, não importando o momento da ação ou omissão.
d) o STF não faz distinção entre a reiteração criminosa e a continuidade delitiva.

10. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:
a) consoante pacificado na jurisprudência do STF, excedido o intervalo de 30 dias entre os crimes, não é possível ter-se o segundo delito como continuidade do primeiro.
b) consoante o Código Penal pátrio, o curso da prescrição interrompe-se pela decisão confirmatória da condenação de primeiro grau pelo Tribunal de Apelação.
c) consoante o Código Penal pátrio, no

caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente.

d) o Código Penal pátrio, no caso de concurso de agentes, adotou como regra a teoria monista, segundo a qual, no concurso, existe um só crime, em que todos os participantes respondem por ele.

11. Segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar que:

a) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

b) é possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em regime fechado ou semiaberto, desempenha atividade laborativa, ainda que extramuros.

c) a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, mormente quando realizada em situação de alegada autodefesa.

d) a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

12. Segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar que:

a) é cabível a aplicação retroativa da Lei n.º 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n.º 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

b) é admissível a chamada progressão per saltum de regime prisional.

c) a configuração do crime do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (corrupção de menores) depende da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito material.

d) é admissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética.

13. Segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar que:

a) é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

b) há justa causa para a persecução penal quanto ao crime previsto no art. 1º da Lei n.º 8.137/90 (contra a ordem tributária), se o suposto crédito fiscal ainda pende de lançamento definitivo, desde que a parte não tenha simultaneamente ingressado com ação judicial, contestando a decisão já impugnada no âmbito administrativo.

c) o benefício da suspensão condicional do processo é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, ainda quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

d) fixada a pena-base no mínimo legal, é possível o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, desde que assim o recomende a gravidade abstrata do delito.

14. Sobre a Lei n.º 12.850/2013 (organização criminosa e investigação criminal), assinale a alternativa CORRETA:

a) nos acordos de colaboração premiada, o juiz participará das negociações reali-

zadas entre as partes, podendo recusar validade ao acordo formulado com o Ministério Público por considerar que não resguardou os interesses do colaborador.

b) consoante o Supremo Tribunal Federal, para fins de homologação do acordo de colaboração premiada, ao Judiciário não cabe examinar aspectos de conveniência ou oportunidade do acordo celebrado ou as condições nele estabelecidas, nem muito menos investigar ou atestar a veracidade ou não dos fatos contidos em depoimentos prestados pelo colaborador ou das informações trazidas a respeito de delitos por ele revelados.

c) na colaboração premiada, nos depoimentos que prestar, o colaborador poderá exercer a qualquer tempo o seu direito ao silêncio, não estando sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.

d) a sentença condenatória poderá ser proferida com fundamento apenas nas declarações do agente colaborador.

15. Assinale a alternativa CORRETA:

a) o crime de dispensa ou inexigibilidade indevidas de licitação (art. 89 da Lei n.º 8.666/93) é de perigo abstrato, sendo consumado se praticada a conduta nele descrita, ainda que não cause nenhum prejuízo à Administração.

b) consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n.º 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 4 (quatro) anos, cumulada ou não com multa.

c) por estar atrelado a um crime antecedente, o crime de "lavagem" de capitais (Lei n.º 9.613/98) não é considerado crime autônomo, de modo que somente se configura se não caracterizar mero exaurimento daquele.

d) no crime de falsidade material, o documento é autêntico em seus requisitos extrínsecos e emana realmente da pessoa que nele figura como seu autor, mas o seu conteúdo é falso.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Assinale a alternativa correta quanto ao tema da lei de improbidade administrativa:

a) Apenas agentes públicos podem sofrer as sanções da lei de improbidade administrativa.

b) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor do dano.

c) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na lei de improbidade administrativa podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

d) Comprovado que determinado servidor público praticou ato de improbidade, poderá lhe ser imposta, nos termos da Constituição Federal, a perda da função pública, mantidos os direitos políticos, uma vez que não perde a condição de cidadão.

17. Assinale a alternativa correta acerca da Administração Pública:

a) Estrangeiros não podem ocupar cargos públicos no Brasil, apenas brasileiros.

b) o direito de greve do servidor público federal já foi regulamento por lei específica.

c) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto exclusivamente a de dois cargos de professor.

d) o STF considera constitucional a reserva de vagas para negros nos concursos pú-

blicos.

18. São órgãos da Administração Indireta e dotadas de personalidade jurídica de direito privado:
a) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
b) as autarquias e as fundações.
c) os Ministérios.
d) as autarquias e as sociedades de economia mista.

19. Se um agente público, fundamentado na lei, limita direitos ou atividades de particulares sem qualquer vínculo com a Administração Pública, estamos diante do:
a) Poder hierárquico.
b) Poder de polícia.
c) Poder disciplinar.
d) Poder regulamentar.

20. Sobre responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa incorreta:
a) A responsabilidade civil estatal, segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, § 6º, subsume-se à teoria do risco administrativo, tanto para as condutas estatais comissivas quanto para as omissivas, posto rejeitada a teoria do risco integral.
b) A omissão do Estado reclama nexo de causalidade em relação ao dano sofrido pela vítima nos casos em que o Poder Público ostenta o dever legal e a efetiva possibilidade de agir para impedir o resultado danoso.
c) Nos casos em que não é possível ao Estado agir para evitar a morte do detento (que ocorreria mesmo que o preso estivesse em liberdade), rompe-se o nexo de causalidade, afastando-se a responsabilidade do Poder Público.
d) A morte de detento em estabelecimento prisional sempre gera responsabilidade ao Poder Público.

21. Sobre controle da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta:
a) Controle administrativo é o exercido pelo Executivo e pelos órgãos administrativos dos Poderes para o fim de confirmar, rever ou alterar condutas internas, tendo em vista aspectos de legalidade ou de conveniência para a Administração.
b) Todo e qualquer órgão da administração federal, direta ou indireta, está sujeito à supervisão do Ministro de Estado competente ou da Presidência da República.
c) O controle externo da Administração Pública somente poderá ser efetuado pelo Poder Judiciário.
d) O controle concomitante é aquele que se processa à medida que se vai desenvolvendo a conduta administrativa. Esse controle tem aspectos preventivos e repressivos, conforme o andamento da atividade administrativa. Como exemplo desse controle, podemos citar a fiscalização dos agentes públicos no curso da execução de obras públicas.

PROCESSO CIVIL

22. Acerca dos conceitos gerais de mediação, conciliação e outros métodos de solução consensual de conflitos, assinale a alternativa CORRETA:
a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, antes do curso do processo judicial.
b) A mediação é modalidade de resolução de conflitos na qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, estimula o diálogo entre as partes, para que elas construam, com autonomia, a melhor solução para o problema.
c) A conciliação deve ser feita obrigatoria-

mente pelo juiz natural do processo, o qual tem o dever de alcançar a composição entre os litigantes.
d) A mediação somente pode ser utilizada em processos cíveis e, necessariamente, deve ocorrer em audiência designada para este fim.

23. Acerca da revelia no Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:
a) O revel não pode intervir no processo após a prolação de sentença de mérito.
b) A revelia acarreta o necessário julgamento antecipado do mérito da demanda em caráter imediato.
c) A revelia não gera presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor, caso no processo haja pluralidade de réus e algum(ns) dele(s) houver(em) contestado a demanda.
d) Se o litígio tratar de direitos indisponíveis, o revel que integre o processo na fase de instrução probatória poderá apresentar contestação, ainda que ultrapassado o prazo.

24. De acordo com o Código de Processo Civil, a decisão de mérito, transitada em julgado, poderá ser rescindida quando:
a) Se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
b) For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente competente.
c) For fundada em prova cuja autenticidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
d) Resultar de dolo ou coação da parte vencida em detrimento da parte vencedora ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei.

25. A estabilização da tutela de urgência, de acordo com o Código de Processo Civil, aplica-se nas hipóteses:
a) De tutela antecipada, requerida em caráter antecedente.
b) De tutela cautelar, requerida em caráter antecedente.
c) De tutela antecipada, incidental ou antecedente.
d) De tutela cautelar, incidental ou antecedente.

26. De acordo com o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, para a satisfação de crédito executado em processo judicial, é admissível a penhora:
a) de quantia depositada em caderneta de poupança, ou outra aplicação financeira, seja qual for o valor depositado em instituição bancária.
b) de único imóvel pertencente a pessoa solteira, divorciada ou viúva, pois, nessas hipóteses, não existe a proteção familiar dada pela legislação.
c) de único imóvel residencial do devedor que esteja locado a terceiros, mesmo que a renda obtida com a locação seja revertida para a moradia da família do executado.
d) de faturamento de sociedade empresária, se for comprovada a inexistência de outros bens passíveis de penhora, desde que o percentual fixado não torne inviável o exercício da atividade empresarial.

27. Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros no Código de Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:
a) São cabíveis, no processo civil, denunciações da lide sucessivas promovidas pelos denunciados contra seus antecessores imediatos na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não havendo restrição legal para a quantidade de denunciações.
b) São fontes do litisconsórcio a comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide, a conexão pelo pedido ou pela causa de pedir e a afinidade de

questões por ponto comum de fato ou de direito.

c) Modalidade típica de intervenção de terceiros, a oposição permite a terceiro ingressar em processo já em andamento para discutir a coisa ou o direito, no todo ou em parte.

d) As hipóteses de litisconsórcio necessário são obrigatoriamente previstas em lei.

28. Acerca das provas no Processo Civil brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

a) São admitidos os meios típicos e atípicos para a prova dos fatos em juízo, ainda que tais meios sejam moralmente ilegítimos.

b) O juiz não pode admitir o depoimentos de menores de dezesseis anos, tendo em vista a incapacidade civil deles.

c) O ônus da prova incumbirá à parte que produziu o documento, quando for contestada a autenticidade deste.

d) Adotou-se o sistema do livre convencimento puro na valoração das provas pelo juiz.

PROCESSO PENAL

29. De acordo com a legislação processual penal, assinale a alternativa CORRETA:

a) No processo por crime praticado fora do território brasileiro, será competente o juízo da Capital do Estado onde houver por último residido o acusado. Se este nunca tiver residido no Brasil, será competente o juízo da Capital da República.

b) Na determinação da competência por conexão ou continência, havendo concurso de jurisdições da mesma categoria, prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, independentemente das respectivas penas.

c) Se, nada obstante a conexão ou continência, foram instaurados processos diferentes, que já estão com sentença definitiva, a unidade dos processos não poderá se dar, ulteriormente, para o efeito de soma ou de unificação das penas, no juízo da execução.

d) Tratando-se de crime continuado, praticado no território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo local em que o último crime ocorreu.

30. De acordo com a legislação processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho.

b) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

c) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo.

d) A acareação será admitida entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida, e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.

31. Assinale a alternativa que NÃO contem uma hipótese de interposição de Recurso em Sentido Estrito:

a) Da decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte.

b) Da decisão que receber ou rejeitar a denúncia.

c) Da decisão que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade da ação penal.
d) Da decisão que conceder ou negar a ordem de Habeas corpus.

32. Assinale a alternativa CORRETA, tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:
a) A competência para processar e julgar contravenções praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades é da Justiça Federal.
b) A competência para processar e julgar crime de ameaça praticado por funcionário público federal é da Justiça Federal.
c) A competência para a execução de pena aplicada a preso recolhido em estabelecimento prisional estadual é do Juiz da Execução Estadual, mesmo que a condenação tenha sido imposta pela Justiça Federal, Militar ou Eleitoral.
d) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor, não importando a entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público.

33. Acerca das provas no Processo Penal, assinale a alternativa CORRETA:
a) A confissão extrajudicial, por violar as garantias do contraditório e da ampla defesa, não é admitida como meio de prova no Processo Penal.
b) É válido o interrogatório do acusado que dispensa a presença do advogado e permanece em silêncio, pois, se o silêncio não puder ser interpretado contra a defesa, não haverá prejuízo.
c) Se o interrogado não souber escrever, não puder ou não quiser assinar, o juiz nomeará curador e este, após a leitura do interrogatório, assinará o termo.
d) O exercício do direito ao silêncio não gera presunção de culpabilidade para o acusado, tampouco pode ser interpretado em prejuízo da defesa.

34. No Juizado Especial Criminal, a suspensão condicional do processo:
a) proposta antes da resposta do acusado é nula.
b) poderá ocorrer no caso de infração cometida em concurso formal e material, se a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano.
c) é incabível em caso de procedência parcial da pretensão punitiva.
d) independe da presença dos requisitos de suspensão condicional da pena, por se tratar de instituto diverso.

35. A respeito das nulidades no processo penal, assinale a alternativa INCORRETA:
a) A nulidade decorrente de omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato é considerada absoluta e não poderá ser sanada.
b) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
c) A nulidade de citação estará sanada se o acusado comparecer em juízo, antes de o ato consumar-se, ainda que declare que o faz para o único fim de arguila.
d) As omissões da denúncia poderão ser supridas a todo tempo antes da sentença final.

DIREITO CIVIL

36. É correto dizer que:
a) em regra, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
b) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cin-

co dias depois de oficialmente publicada.
c) a lei em vigor terá efeito imediato e geral, não precisando ser respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.
d) ainda que exista abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações não podem ser estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica, porquanto distinta a personalidade da pessoa jurídica da personalidade da pessoa física.

37. Assinale a alternativa correta:
a) bens públicos dominicais são bens disponíveis, sem destinação pública definida.
b) bens públicos dominicais são bens destinados ao uso geral, que podem ser aproveitados por todos os indivíduos, sem restrições.
c) as repartições públicas são bens públicos de uso comum;
d) os bens públicos de uso especial podem ser livremente alienados.

38. Acerca das teorias justificadoras da posse, assinale a alternativa correta:
a) a teoria subjetiva da posse, proposta por SAVIGNY, foi adotada de maneira ampla pelo Código Civil.
b) o animus domini é elemento essencial da teoria objetiva da posse, defendida por IHERING.
c) pelo Código Civil Brasileiro, todo proprietário é possuidor, e todo possuidor é proprietário.
d) a posse é o exercício, pleno ou não, de alguns dos poderes inerentes à propriedade;

39. Sobre ações possessórias e usucapião, é correto dizer que:
a) em caso de turbação, a proteção da posse dar-se-á por meio de ação de manutenção da posse;
b) em caso de esbulho, deve ser ajuizada ação de manutenção da posse:
c) a usucapião ordinária é caracterizada pela posse de maneira pacífica e sem oposição do proprietário, e independe de justo título e de boa-fé.
d) o prazo para aquisição por usucapião extraordinária é de 20 anos de posse ininterrupta, prazo esse reduzido a 15 anos se o possuidor tiver constituído o imóvel como morada habitual ou se nele tiver feito obras de caráter produtivo.

40. Assinale a alternativa correta:
a) A responsabilidade civil do Estado depende da comprovação de culpa.
b) Em tema de responsabilidade civil do Estado, adotou-se como regra, no Brasil, a teoria do risco integral.
c) a morte de detento dentro de unidade prisional gera responsabilidade civil objetiva para o Estado em decorrência da sua omissão específica em cumprir o dever especial de proteção que lhe é imposto pelo art. 5º, XLIX, da CF/88.
d) em nenhuma hipótese o estado poderá ser responsabilizado por morte de detento caso ele se suicide.

PROVA DISCURSIVA

O Código de Processo Civil, em seu art. 144, VIII, estabelece haver impedimento do juiz, estando ele proibido de exercer suas funções no processo "em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge (...), mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório".

Em maio de 2017, o Procurador-Geral da República apresentou arguição de impedimento em face de ministro do Supremo Tribunal Federal. De acordo com a petição apresentada, em um habeas corpus impetrado por dado advogado, foi proferida decisão liminar por ministro casado com advogada que integra o mesmo escritório do advogado que impetrou o habeas corpus. Para o Procurador-Geral da República, o ministro não poderia atuar no caso por ser impedido, nos termos do inciso VIII do art. 144 do Código de Processo Civil.

Em face disso, discorrer, fundamentadamente, a respeito dos seguintes pontos:
a) prazo para apresentação da arguição de impedimento, de acordo com o Código de Processo Civil;
b) possibilidade ou não de aplicação das regras do Código de Processo Civil a causas penais;
c) em que consiste o princípio da imparcialidade e qual sua relação com o caráter substitutivo da jurisdição; e
d) previsão normativa do princípio da imparcialidade.

ATENÇÃO: NENHUMA RESPOSTA PODERÁ EXCEDER O MÁXIMO DE QUINZE LINHAS EXISTENTES NA PRÓPRIA PROVA. O QUE ULTRAPASSAR SERÁ AUTOMATICAMENTE DESCONSIDERADO.

Encaminhamento(Rascunho):

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____